

21/12/2018

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 – Composição Civil – Parte I

Resumo

Composição civil – art. 74 da L. 9.099

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Importante sempre ter em mente o art. 62, princípios e finalidades do JECRIM.

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.603, de 2018)

Composição civil é um acordo feito entre o autor do fato e a vítima para reparar o seu dano. Caso a reparação civil logre êxito, você é beneficiado com o fim de todo o procedimento criminal.

Para irmos para o JECRIM basta estarmos diante de uma infração de menor potencial ofensivo.

Para irmos para o JEC olhamos para o valor máximo envolvido, ele serve para causas de menor complexidade, até 40 salários mínimos; até 20 salários mínimos não há necessidade de advogado.

Dito isso, surge a dúvida, o valor da reparação no JECRIM está limitado ao valor no JEC? Não. Trata-se de coisas distintas. O JECRIM, por mais que esteja na mesma lei do JEC, é visto de forma isolada. Portanto, não há valor limite para este acordo. A maior prova disso é que o acordo pode contemplar danos morais e danos materiais.

A composição civil não é apenas para aqueles que tem dinheiro. Ela pode ser feita de outras formas, você não é obrigado a deixar dinheiro na mão do sujeito. Você pode pagar de forma parcelada, pode pagar com produtos, serviços.

Exercícios

1. A respeito da composição civil, marque a alternativa correta:

- a) tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada a representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- b) tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada a representação, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- c) tratando-se de ação penal de iniciativa privada, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa.
- d) tratando-se de ação penal pública condicionada a representação, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de representação.

Gabarito

1. Letra A